

DESVELANDO SILÊNCIOS: Histórias e resistências de mulheres negras periféricas

Franciely Alves Sales¹
Jacynara Silva de Paiva²

Resumo

O artigo aborda, conceitualmente, o processo de silenciamento das mulheres negras na sociedade, com destaque para as experiências de meninas e mulheres negras periféricas, cujas histórias são frequentemente invisibilizadas, desconsideradas e vistas como indignas de serem narradas, vividas ou escutadas. Este estudo qualitativo utiliza a “escrivência” de Conceição Evaristo como método para acessar as vozes e vivências de nove meninas negras periféricas, com idades entre 12 e 15 anos, residentes na comunidade São Pedro, em Vitória-ES, explorando seus sonhos e enfrentamentos cotidianos frente ao racismo estrutural. O objetivo central é compreender como o silêncio tem sido historicamente imposto às vozes negras, particularmente às mulheres, e os impactos desse processo sobre suas narrativas e representações sociais. Para tanto, o estudo busca romper com silêncios enraizados, trazendo à tona essas vivências, compartilhando histórias e analisando formas de resistência e sonhos que constituem suas trajetórias. Referências teóricas de Grada Kilomba, Audre Lorde e Lélia Gonzalez sublinham a importância da fala e da enunciação

¹ Mestra em Psicologia Institucional (PPGPSI/UFES), Pós graduada em Psicologia da Saúde, Psicologia Hospitalar e Saúde Mental, e Graduada em Psicologia pela faculdade Multivix Vitória. Atua como Psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil do município de Vila Velha. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4677488347347141> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1478-9909> E-mail: alvesfsales@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Pedagogia e Direito, Pós graduada em Infância e Educação Inclusiva, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004/2010), estágio sanduíche na Universidade de São Paulo. Membro titular do CEP-ES Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Vice Presidente da Associação de Docentes da Ufes (ADUFES) gestão 2021/2022, Diretora do Andes Sindicato Nacional, gestão 2023/2025. Coordenadora do grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Social e Educação Étnico Racial (GEPSEER), docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPSI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9259877374436417> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2917-7673> E-mail: jacyrapaiva@hotmail.com

enquanto instrumentos de enfrentamento contra o controle e a censura que sustentam a invisibilidade e a desumanização das pessoas negras. O texto conclui enfatizando a urgência de enfrentar o medo e o silêncio, promovendo a amplificação das vozes da população negra, especialmente de mulheres, e encorajando-as a compartilhar suas histórias a partir de suas perspectivas. Ademais, desafia as estruturas de poder que perpetuam o silenciamento, promovendo a valorização e visibilidade das narrativas negras como parte essencial para a transformação social.

Palavras-chave: Silêncios; Mulheres Negras; Histórias; Escrevivência; Resistência.

UNVEILING SILENCES: Stories and resistance of peripheral black women

Abstract

The article conceptually addresses the silencing of Black women in society, focusing on the experiences of peripheral Black girls and women, whose stories are often invisibilized, disregarded, and deemed unworthy of being narrated, lived, or heard. This qualitative study employs Conceição Evaristo's "escrevivência" as a method to access the voices and lived experiences of nine peripheral Black girls, aged between 12 and 15, residing in the São Pedro community in Vitória-ES, exploring their dreams and daily struggles against structural racism. The central objective is to understand how silence has historically been imposed on Black voices, particularly those of women, and the impacts of this process on their narratives and social representations. To achieve this, the study seeks to break rooted silences, bring these experiences to light, share their stories, and analyze forms of resistance and dreams that shape their journeys. Theoretical references from Grada Kilomba, Audre Lorde, and Lélia Gonzalez highlight the importance of speech and enunciation as tools to confront the control and censorship that sustain the invisibility and dehumanization of Black people. The text concludes by emphasizing the urgency of confronting fear and silence, promoting the amplification of Black voices, particularly those of women, and encouraging them to share their stories from their own perspectives. Furthermore, it challenges the power structures that perpetuate silencing, advocating for the appreciation and visibility of Black narratives as an essential part of social transformation.

Keywords: Silences; Black Women; Stories; Escrevivência; Resistance.

DESVELANDO SILENCIOS: Historias y resistencias de mujeres negras periféricas

Resumen

El artículo aborda, desde una perspectiva conceptual, el proceso de silenciamiento de las mujeres negras en la sociedad, con un enfoque en las experiencias de niñas y mujeres negras periféricas, cuyas historias son frecuentemente invisibilizadas, desestimadas y consideradas indignas de ser narradas, vividas o escuchadas. Este estudio cualitativo emplea la “escrevivência” de Conceição Evaristo como método para acceder a las voces y vivencias de nueve niñas negras periféricas, con edades entre 12 y 15 años, residentes en la comunidad São Pedro, en Vitória-ES, explorando sus sueños y desafíos cotidianos frente al racismo estructural. El objetivo central es comprender cómo el silencio ha sido históricamente impuesto a las voces negras, particularmente a las de las mujeres, y los impactos de este proceso en sus narrativas y representaciones sociales. Para ello, el estudio busca romper los silencios arraigados, visibilizar estas vivencias, compartir sus historias y analizar formas de resistencia y sueños que configuran sus trayectorias. Referencias teóricas de Grada Kilomba, Audre Lorde y Lélia Gonzalez subrayan la importancia de la palabra y la enunciación como herramientas para enfrentar el control y la censura que sostienen la invisibilidad y deshumanización de las personas negras. El texto concluye enfatizando la urgencia de enfrentar el miedo y el silencio, promoviendo la amplificación de las voces de la población negra, especialmente de las mujeres, y animándolas a compartir sus historias desde sus propias perspectivas. Además, desafía las estructuras de poder que perpetúan el silenciamiento, abogando por la valorización y visibilidad de las narrativas negras como parte esencial de la transformación social.

Palabras clave: Silencios; Mujeres negras; Cuentos; Escrevivência; Resistencia.

INTRODUÇÃO

Nas dobras da história e nas margens das narrativas oficiais, encontra-se um silêncio ensurdecido que envolve as vozes das mulheres negras, especialmente as mulheres negras periféricas. Esse silêncio não é apenas a ausência de palavras, mas uma imposição histórica e estrutural que relega suas

experiências ao anonimato, suas histórias à invisibilidade e seus sonhos à marginalização. Este texto busca romper essa barreira invisível, trazendo à tona as vozes de mulheres e meninas negras que sonham todos os dias, ao mesmo tempo que desvela as múltiplas camadas de silenciamento que permeiam suas vidas.

Este artigo emerge de uma pesquisa de mestrado que, por meio da oralidade em trocas grupais e individuais, ouviu meninas negras e as mulheres negras responsáveis pelo cuidado dessas meninas. Assim, em alguns momentos, serão apresentadas falas que retratam os desfechos de algumas de suas histórias.

As narrativas aqui apresentadas dialogam com a "escrivência" de Conceição Evaristo, pois a escrita deste texto é alimentada e pautada pela experiência de vida (Evaristo, 2018). As meninas e mulheres negras em questão residem na Região de Grande São Pedro, no município de Vitória/ES. Na ocasião da pesquisa, as meninas participavam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, parte da Política de Assistência Social do município.

No tecido social brasileiro, as mulheres negras carregam histórias que frequentemente se encontram envoltas em opressões, mas que também trazem vivências marcadas por resistências. Essas mulheres enfrentam diariamente os desafios de uma sociedade que insiste em reduzi-las a estereótipos e em negar-lhes o direito fundamental de contar suas próprias histórias.

Grada Kilomba (2019) resgata a história de Anastásia, uma mulher negra escravizada sobre quem não existe uma narrativa oficial. Anastásia, nascida em Angola e filha de uma família real Kimbundo, foi sequestrada e levada para a Bahia, onde foi escravizada por uma família portuguesa. Seu nome africano é desconhecido; Anastásia foi o nome imposto a ela durante a escravidão.

Relatos indicam que Anastásia foi obrigada a usar um colar de ferro pesado e uma máscara facial que a impedia de falar. Kilomba explica que a máscara, usada pelos senhores brancos, tinha o objetivo de evitar que

africanas/os escravizadas/os comessem cacau ou cana-de-açúcar durante o trabalho nas plantações, mas sua função principal era promover um senso de medo e mudez, já que a boca simbolizava um espaço de tortura e silenciamento (Kilomba, 2019).

A máscara, assim, representa o colonialismo como um todo. Ela exterioriza políticas sádicas de dominação e conquista, bem como seus moldes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”. Kilomba questiona: “Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (Kilomba, 2019, p. 33).

Nesse sentido, Muriel Falcão (2023) analisa que a máscara carrega um profundo simbolismo, sendo crucial para compreender como o silenciamento foi utilizado como ferramenta de violência e opressão. A autora enfatiza que a mudez e o temor por ela impostos continuam enraizados em nossa cultura e sociedade, aceitos como parte do cotidiano. Falar sobre as próprias aflições e desconfortos implica enfrentar o medo de se expor, o que pode gerar sofrimento, embora o silêncio não o diminua.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019) nos alerta sobre a importância de conhecermos e contarmos histórias diferentes, ressaltando que elas possuem um peso significativo. Diversas narrativas moldam e influenciam nossa percepção de mundo. Enquanto algumas histórias podem prejudicar a dignidade de um povo, outras têm o poder de restaurá-la.

Portanto, o objetivo deste texto não se limita a desvelar os silêncios impostos às vozes de mulheres e meninas negras. Ele busca também ampliar a compreensão sobre como elas resistem, sonham e se afirmam em um mundo que frequentemente as marginaliza. Através da análise qualitativa e da “escrevivência”, o artigo procura não apenas documentar, mas também celebrar histórias que, por muito tempo, foram consideradas indignas de serem contadas, vividas ou escutadas.

Ainda assim, cabe um aviso: este texto é apenas uma fração da imensidão da vida dessas meninas e mulheres negras. Ele não se esgota aqui. É necessário

desafiar as estruturas de poder e as opressões interseccionais que perpetuam o silêncio e a marginalização, incentivando espaços onde as vozes das mulheres e meninas negras possam ser ouvidas, respeitadas e valorizadas em sua plenitude.

Este texto faz um convite às/aos leitoras/es para quebrar o ciclo do silêncio, reconhecendo e fortalecendo a resistência que brota das histórias de vida e dos sonhos das mulheres negras periféricas.

CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DE PESQUISA

Este estudo qualitativo contou com a participação de nove meninas negras, estudantes de escola pública, oriundas da comunidade São Pedro, município de Vitória, Espírito Santo. As participantes têm idades entre 12 e 15 anos e são beneficiárias do programa Caminhando Juntos (Cajun), uma iniciativa voltada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, inserida na Política de Assistência Social do município.

As meninas vivem em um contexto periférico marcado por desigualdades sociais e econômicas, características comuns às famílias residentes na Comunidade São Pedro. Além disso, suas vivências refletem a interseccionalidade de raça, gênero e classe, elementos que estruturam as opressões enfrentadas por elas. Contudo, suas histórias também revelam formas de resistência e criatividade que se entrelaçam às suas práticas cotidianas.

Para garantir uma abordagem respeitosa e ética, a caracterização das participantes e análise preservaram suas identidades. Essa estratégia visou assegurar a confidencialidade e proteger a privacidade das meninas, reconhecendo a sensibilidade das narrativas compartilhadas.

O perfil das participantes foi construído a partir de dados levantados em entrevistas semiestruturadas e dinâmicas de grupo, entre agosto e novembro de 2022, abordando suas perspectivas sobre o racismo, os silêncios impostos às suas histórias e os modos de enfrentamento desenvolvidos no cotidiano. Além disso, foi considerado o impacto do programa Cajun em suas trajetórias,

incluindo a promoção de vínculos comunitários e a valorização de suas vozes e narrativas.

Essa caracterização é fundamental para compreender os contextos sociais, culturais e históricos que moldam as experiências dessas meninas negras, fornecendo subsídios para analisar as formas de resistência e enfrentamento às opressões e, principalmente, destacar suas contribuições para a construção de novas narrativas e possibilidades sociais.

TEORIA INTERSECCIONAL NOS ATRAVESSAMENTOS COTIDIANOS EM CORPOS NEGROS

Antes de qualquer coisa, e até mesmo antes de abordar os silêncios, é fundamental compreender como as opressões que atravessam o corpo negro operam, especialmente no contexto das chamadas “opressões interseccionais”. O conceito de interseccionalidade é essencial, pois revela que as diferentes formas de opressão não se limitam a sobreposições simples ou somas lineares. Em vez disso, essas opressões se entrelaçam e se cruzam, criando interseções complexas que marcam profundamente a experiência de vida das mulheres negras. Essas interseções não podem ser reduzidas a um único momento ou contexto específico, mas precisam ser analisadas ao longo de suas trajetórias de vida, sempre dentro de um sistema dinâmico e em constante transformação (Akotirene, 2020).

A sistematização do conceito interseccionalidade foi elaborado por Kimberlé Crenshaw (2002), e significa:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (p.177).

A “interseccionalidade” refere-se à interação entre o racismo e outras estruturas identitárias. Por meio desse conceito, torna-se possível compreender como diferentes formas de opressão se conectam e se manifestam simultaneamente nas identidades individuais. Essas dinâmicas estruturais colocam, por exemplo, as mulheres negras em múltiplas conjunturas de subordinação (Akotirene, 2020).

Akotirene (2020) enfatiza que as “avenidas identitárias” são variadas, cada uma abarcando diferentes eixos de opressão que se entrecruzam. Para mulheres e meninas negras, esses entrecruzamentos representam pontos de convergência onde múltiplas formas de opressão se manifestam de maneira marcante. Essas intersecções não apenas ampliam, mas também enriquecem a compreensão das experiências vividas por essas mulheres, evidenciando a complexidade e a interdependência dos sistemas de poder que influenciam suas trajetórias.

Conforme destacado por Akotirene (2020), a “interseccionalidade” oferece uma estrutura teórico-metodológica indispensável para investigar a indissociabilidade entre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado. Esses sistemas não operam de forma isolada; ao contrário, interagem e se reforçam mutuamente nas vidas das mulheres negras. Essa abordagem teórica busca elucidar como as identidades raciais, de gênero e de classe se entrelaçam, juntamente com os legados coloniais modernos, moldando profundamente a posição social e as oportunidades dessas mulheres na sociedade contemporânea.

Ao reconhecer a convergência de opressões nas vidas das mulheres negras, a “interseccionalidade” vai além da mera descrição, assumindo um papel crítico ao denunciar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades sistêmicas. A sobreposição e o cruzamento de raça, gênero, classe e as dinâmicas coloniais modernas funcionam como forças interligadas que limitam

oportunidades e reforçam os obstáculos enfrentados por essas mulheres em suas lutas por justiça social e igualdade.

UMA JORNADA POSSÍVEL: A ESCREVIVÊNCIA COMO ENUNCIADORA DE HISTÓRIAS

Arriscamo-nos a dizer que contar e buscar histórias é uma parte essencial da vida das pessoas. Seja para narrar um evento cotidiano, como acordar e ir ao trabalho, ou para abordar situações mais complexas, como uma vivência de racismo presenciada no trajeto para o trabalho, a narrativa sempre desempenha um papel significativo.

Diante dessas experiências e da ausência de conhecimento sobre histórias semelhantes, muitas vezes acabamos recuando e nos silenciando frente a determinadas situações. Quando Carolina Maria de Jesus, em seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, relatava suas vivências, como no trecho: “Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua” (Jesus, 2014, p.12), ela não apenas registrava sua realidade, mas também alcançava, simbolicamente, outras mulheres negras periféricas que passaram e/ou passam por condições semelhantes. Diferentemente de Carolina, muitas dessas mulheres, por serem constantemente desconsideradas, guardaram ou ainda guardam essas vivências para si.

Como mencionado anteriormente, este artigo será orientado pela abordagem qualitativa, cuja intenção é compreender o que não pode ser quantificado (Minayo, 2010). Utilizando como referência metodológica a “escrevivência” de Conceição Evaristo, podemos afirmar que o trecho acima, de Carolina Maria de Jesus, constitui uma escrita de vivência. Ou melhor, é uma “escrevivência” que se manifesta em tantos corpos negros.

Nesse sentido, Rosângela Cruz (2017) explica que, por meio da literatura negra, o sujeito encontra sua existência intimamente ligada à relação e à

cumplicidade com outros indivíduos. Ao narrar sua própria história, ele inevitavelmente revela aspectos de outras pessoas e, ao descrever os outros, reflete também sobre sua própria identidade.

A "escrevivência" permite resgatar histórias e percebê-las presentes em outros corpos. Assim, ao lançar a "escrevivência" como uma possibilidade de enunciação, valorizamos as histórias individuais e reconhecemos a importância da ancestralidade. Dessa maneira, é possível alcançar a diversidade e compreender as múltiplas formas de existir no mundo:

Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (Soares; Machado, 2017, p. 206).

Por meio da "escrevivência", é possível transcender silêncios de maneira profunda. Escutar as histórias de corpos negros, especialmente corpos negros femininos, revela de forma consciente silêncios internos até então desconhecidos. Essa prática permite que os silêncios vividos por outras pessoas negras, seja no convívio diário ou em contextos distantes, como no caso de Carolina Maria de Jesus, atravessem diferentes tempos e espaços, perpassando desde a infância até a velhice.

Para este artigo, foram selecionadas algumas histórias de meninas e mulheres periféricas, com o objetivo de analisar, a partir delas, os contextos que constituem os silêncios e os enfrentamentos diários necessários para resistir às opressões.

SILÊNCIOS QUE NOS CERCAM

Onde quer que vamos, há pressão para silenciar nossas vozes, cooptá-las e enfraquecê-las. Principalmente, claro, porque não estamos lá. Nós nunca "chegamos" ou "não podemos ficar". De volta àqueles espaços de onde viemos, nos matamos em desespero, nos afogando no niilismo, presos na pobreza, no vício, em todas as formas pós-modernas de morrer que podem ser nomeadas. No entanto, quando

somos poucos nesse "outro" espaço, muitas vezes estamos isolados demais, sozinhos demais. Nós também morremos lá. Aqueles de nós que vivem, que "fazem", apaixonadamente se apegam a aspectos daquela vida "descentrada" que não pretendemos perder enquanto simultaneamente buscamos novos conhecimentos e experiências, inventamos espaços de abertura radical. Sem esses espaços, não sobreviveríamos (hooks, 2019, p. 7-8).

Dentro da trajetória histórica da população negra, é possível identificar distintas "tecnologias" que viabilizavam o silenciamento. Entre elas, como mencionado, destaca-se a "máscara de ferro", que, além de instrumento de tortura, também servia como uma ferramenta de controle e silenciamento (Kilomba, 2019).

Outra estratégia de silenciamento foi a negação do acesso às histórias e saberes da população negra. Afinal, privar um povo do conhecimento sobre seus antepassados constitui uma forma de desumanização, reduzindo-os à condição de sujeitos aquém. Adichie (2019) alerta para a importância de refletir sobre quem narra as histórias e a maneira como essas narrativas são construídas. Frequentemente, as histórias são dominadas por indivíduos em posições de poder, o que implica não apenas a capacidade de contar a história de outras pessoas, mas também de definir a versão final dessas narrativas. Essas "histórias únicas", propagadas por aqueles que detêm o poder, frequentemente retratam povos e indivíduos de forma estereotipada e desumanizadora.

É fundamental problematizar como essas narrativas exclusivas moldam subjetividades, particularmente no caso das pessoas negras. As histórias possuem um valor imensurável, e múltiplas narrativas têm relevância no entendimento das diversas formas de existência e conhecimento. Contudo, essas mesmas histórias também foram utilizadas como ferramentas para subjugar e desconsiderar diferentes formas de saberes e modos de vida (ADICHIE, 2019).

Nesse contexto, Grada Kilomba (2019, p. 33-34) afirma que a boca é:

[...] um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por

excelência, representa o que as/os brancas/os querem - e precisam - controlar e, conseqüentemente órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (Kilomba, 2019, p.33-34).

Durante muitos anos, e até os dias atuais, a população negra tem sido frequentemente silenciada e impedida de narrar suas próprias histórias. Além disso, quando suas histórias são contadas, geralmente o são por pessoas que não possuem um entendimento genuíno de sua realidade (Sales, 2023).

Sueli Carneiro (2023) discute o apagamento das histórias e saberes da população negra, introduzindo o conceito de “epistemicídio”. Esse conceito refere-se à negação da legitimidade das formas de conhecimento e do saber produzidos pelos grupos dominados, configurando-se como um dos instrumentos mais eficazes da dominação étnico-racial. O “epistemicídio” não se limita à exclusão desses conhecimentos; implica também na marginalização dos próprios indivíduos pertencentes a esses grupos, privando-os do pleno reconhecimento de sua capacidade como sujeitos do saber:

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Santos, p.328 *apud* Carneiro, 2023 p.88).

Por meio de ciclos e diferentes tecnologias, observa-se um apagamento cada vez mais intenso das histórias de lutas e resistências de um povo. Falcão (2023, p. 46) destaca que:

Nessa direção, é importante pensar que mulheres negras têm sido faladas e não falado sobre si. Muitas sequer sabem que podem ocupar esse campo de disputa e as que o fazem padecem com o esforço para

a sua negação e apagamento da sua contribuição no movimento da história (Falcão, 2023, p. 46).

A autora bell hooks (2020) menciona que, por anos, hesitou em compartilhar histórias pessoais, pois foi condicionada a acreditar que o uso de uma narrativa pessoal para sustentar um argumento comprometeria sua credibilidade acadêmica e intelectual. Essa percepção estava alinhada aos padrões estabelecidos no ensino superior pela forma de pensar dominante. Contar histórias pessoais como base para a construção de argumentos era frequentemente considerado “não científico” e inadequado para lidar com “fatos comprovados”. Com o tempo, hooks percebeu que muitos conceitos, considerados parte da “ciência dura” ou como “dados objetivos”, são, na verdade, interpretações de dados e fatos.

Nessa perspectiva apresentada por bell hooks, é possível identificar outra ferramenta que atua na invalidação da fala, relegando os sujeitos ao papel de coadjuvantes e distantes do relato de suas próprias vidas. Lélia Gonzalez (2020), em seu texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, traz um exemplo significativo sobre as relações de poder entre o “dominador” e o “dominado”, afirmando:

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. [...] Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. [...] Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente? Teve uma hora que não deu pra aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. [...] (González, 2020, n.p).

Romper os pensamentos dominantes impregnados na sociedade é essencial para construirmos uma sociedade com menos desigualdades. A voz e a escrita têm sido instrumentos fundamentais para a construção de novos sentidos e significados para a população negra, especialmente para meninas e mulheres negras, que enfrentam múltiplas opressões pelo que são e que, durante grande parte de suas vidas, foram expostas a histórias de injustiça e derrota.

Lorde (2019, p. 54) destaca que “para quem escrevemos, é necessário examinar não só a verdade do que falamos, mas também a verdade da linguagem em que o dizemos”. Em outras palavras, para algumas pessoas, isso implica compartilhar e disseminar palavras que possuem significado pessoal. No entanto, para todas, o propósito é ensinar com a vida e com as palavras verdades que transcendam a compreensão convencional. Esse processo é considerado vital para a sobrevivência, pois participa de um ciclo de vida que é criativo, contínuo e em constante evolução (Lorde, 2019).

Da mesma forma, escutar a população negra narrar sua própria história é essencial. Como ressalta Lélia Gonzalez (2020), levantar-se e tomar o microfone é também um ato de resistência, uma forma de fazer com que a voz negra seja ouvida a partir de sua própria experiência, e não mediada pela perspectiva da branquitude.

Kilomba (2019) observa que ouvir representa um ato de concessão ao falante, pois somente aqueles cujas vozes são ouvidas podem realmente falar. Nesse contexto, aqueles que são escutados são também reconhecidos como pertencentes. Por outro lado, os que não têm suas vozes ouvidas são percebidos como não pertencentes. A metáfora da máscara, por exemplo, perpetua esse mecanismo de silenciamento, controlando a possibilidade de que os colonizados sejam ouvidos e, conseqüentemente, reconhecidos como pertencentes.

Portanto, percebe-se que a questão não se limita à falta de expressão vocal, mas está diretamente relacionada à contínua desqualificação das vozes

negras em um sistema racista. Esse mecanismo resulta na invalidação das vozes negras ou na sua representação por indivíduos brancos, que frequentemente se autoproclamam “especialistas” na cultura negra ou, de forma ainda mais problemática, sobre nós mesmos enquanto população negra (Kilomba, 2019):

É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. [...] Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar". Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente (Adichie, 2019, n.p).

Histórias merecem ser compartilhadas, reveladas e trazidas à luz tal como são, não apenas para evitar que se percam nas memórias individuais ao longo do tempo, mas também para integrar a narrativa histórica de um período, representando pessoas reais e permitindo que impactem e enriqueçam a sociedade como um todo.

HISTÓRIAS PARA SEREM CONTADAS

Eu quero quebrar a corrente de pobreza da minha família. [...] Não sei se tem alguma pessoa da minha família que se deu bem na vida, que foi rica, essas coisas... porque a minha família por parte de pai, todos eles ficam falando que eu vou ser igual uma prima minha, que engravidou com 18 anos e desistiu dos estudos [...] mas minha mãe conversa muito comigo sobre esses negócios de se perder, de engravidar cedo, então eu tenho uma mentalidade bem diferente. [...] Eles falam que eu vou ser uma perdida, que eu não vou ter um futuro bom, então, eu quero mostrar para eles, não só para eles, mas para mim mesma. Eu quero provar para mim que eu sou capaz! Então, eu vou estudar, eu vou me esforçar, porque eu quero ser rica e eu vou ser, e não é só uma questão de ser rica. É uma questão de privilégio para mim, de eu dar orgulho para minha mãe, de poder comprar tudo que minha mãe quiser um dia, tudo que meus irmãos quiser. Dar orgulho para eles (Histórias de vivências de uma menina).

A narrativa acima oferece importantes insights sobre a vida dessa menina, abordando questões como sua situação socioeconômica, seus sonhos e os julgamentos que enfrenta. Sua fala expressa uma profunda indignação diante da falta de reconhecimento de suas potencialidades e aspirações, especialmente por parte dos membros de seu próprio círculo familiar.

Romper as correntes da pobreza não é uma tarefa simples, pois a pobreza vai além de uma condição meramente financeira. Ela abrange outras formas de opressão que perpetuam a descrença e a ausência de apoio por parte daqueles que deveriam oferecer suporte. Superar tais adversidades exige não apenas enfrentar sentimentos de dor e frustração, mas também transformá-los em uma fonte de energia necessária para lidar com os desafios cotidianos e perseguir os objetivos almejados.

Nesse contexto, romper o silêncio transcende o simples ato de verbalizar intenções ou declarar à família que se alcançará determinado objetivo. Trata-se de concretizar essas intenções por meio de ações reais e de ocupar espaços que, historicamente, têm sido inacessíveis a mulheres periféricas devido às opressões contínuas que marcam seus corpos e trajetórias.

Para aprofundar essa reflexão, é essencial trazer Audre Lorde (2019) para o centro da discussão. A autora apresenta a fala como um poderoso instrumento de ação, enfatizando a possibilidade de transformar o silêncio em linguagem e ação. Lorde (2019) ressalta que, frequentemente, o medo de questionar ou de expressar convicções pode levar à dor ou, em casos extremos, até mesmo à morte. Nesse sentido, ela traz o exemplo da vivência de uma mulher negra que se silenciou diante de uma situação que contrariava suas crenças:

[...] um evento no qual participava, a fala de uma mulher negra foi muito desconsiderada por um homem e de forma muito violenta [...] quando outras pessoas brancas falavam, ninguém havia agido daquela forma [...] aquilo que ocorreu havia sido racismo [...] se sentiu mal pelo ocorrido e [...] impotente por não conseguir fazer nada (Histórias de vivências de uma mulher).

Há dois pontos importantes levantados na “escrivência” apresentada. O primeiro refere-se à forma violenta pela qual o discurso de uma mulher negra é desconsiderado. O segundo ponto aborda a situação de outra mulher negra que presenciava esse acontecimento e se sentiu impotente por não conseguir intervir ou se posicionar diante do ocorrido. Lélia González (2020) destaca esse fenômeno ao afirmar que as mulheres não brancas enfrentam um silenciamento sistemático, que as impede de serem reconhecidas como sujeitas de seu próprio discurso. Esse discurso, frequentemente articulado por outros, resulta na exclusão, na invisibilização ou na representação dessas mulheres como ausentes, mesmo quando estão presentes nos espaços. A autora explica que esse processo também suprime sua humanidade, ao lhes negar o direito de serem sujeitas não apenas do próprio discurso, mas também da própria história.

Quanto ao silêncio diante da impossibilidade de intervir em situações de opressão, Lorde (2019) esclarece que incômodos, como dores ou feridas, podem ser originados por diferentes circunstâncias e, ao longo do tempo, podem diminuir ou se transformar. Nesse contexto, a autora ressalta a importância de falar, destacando que a morte é um silêncio permanente que inevitavelmente enfrentaremos ao final da vida. Por medo de nos expor, muitas vezes optamos por não nos manifestar em determinadas ocasiões, perpetuando um ciclo de silêncio que também é uma forma de opressão:

Para sobrevivermos [...] tivemos que aprender a primeira lição, a mais vital: que a nossa sobrevivência nunca fez parte dos planos. Não como seres humanos. [...] Porque a máquina vai tentar nos reduzir ao pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não (Lorde, 2019, p. 51-52).

O silêncio evoca, em cada indivíduo, o medo pessoal do desprezo, da censura, do julgamento, do reconhecimento, do desafio e até da aniquilação. As diferenças raciais perpetuam distorções profundas; nesse contexto, as mulheres negras vivenciam uma dualidade marcante: são simultaneamente altamente visíveis e invisibilizadas pela desumanização imposta pelo racismo estrutural. Mesmo dentro do movimento feminista, enfrentam uma constante

luta por visibilidade, o que as expõe à vulnerabilidade inerente à sua negritude (Lorde, 2019).

A sobrevivência das mulheres negras nunca esteve contemplada nos planos sociais estabelecidos. Elas aprenderam, de forma crucial, que sua existência como seres humanos não foi reconhecida. Essa visibilidade, que as torna vulneráveis, é, paradoxalmente, sua maior fonte de força. Apesar das tentativas sistemáticas de silenciá-las e diminuí-las, as mulheres negras persistem em resistir e em reivindicar seu espaço, plenamente conscientes de que a máquina opressora continuará tentando reduzi-las ao silêncio (Lorde, 2019).

Podemos ficar eternamente caladas pelos cantos enquanto nossas irmãs e nós somos diminuídas, enquanto nossos filhos são corrompidos e destruídos, enquanto nossa terra é envenenada; podemos ficar caladas a salvo nos nossos cantos, de bico fechado, e ainda assim nosso medo não será menor (Lorde, 2019, p.53).

Em meio às tessituras de silêncios e falas, torna-se necessário considerar outra forma de análise, na qual o silêncio pode ser interpretado como uma forma de proteção. Aqui, não me refiro à proteção contra dores e medos que atravessam o interior de cada sujeito, mas sim à proteção em contextos de perigo iminente. Nesse sentido, Spivak (2010) apresenta cenários em que o silêncio se configura como um meio de resistência e até mesmo de sobrevivência.

Por sua vez, Grada Kilomba (2019) destaca que o posicionamento de Spivak sobre a subalterna silenciosa é controverso quando tomado como uma afirmação absoluta nas relações coloniais. Essa visão, segundo Kilomba, pode sugerir que o sujeito negro não possui capacidade para questionar e resistir aos discursos coloniais. Entretanto, Spivak (2010) ressalta que os(as) críticos(as) pós-coloniais devem questionar a romantização das pessoas resistentes. Ela enfatiza a importância do desejo dos(as) intelectuais pós-coloniais de evidenciar a opressão e viabilizar outras possibilidades para os grupos oprimidos.

Kilomba (2019) também observa que a ausência da subalterna como sujeito simboliza “a posição da subalterna como sujeito oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporcionam um espaço para a articulação das mesmas” (Kilomba, 2019, p. 47), conforme sugerido no depoimento a seguir:

Tem uma professora lá na escola [...] que conversa com a gente sobre pessoas negras, sobre o que a gente deveria melhorar, sobre cotas raciais, sobre tudo. [...] eu acho isso bom, gosto de temas sobre os negros, porque estão mostrando que não é só porque a pessoa é negra que ela é menos do que as pessoas brancas (Histórias de vivências de uma menina).

A “escrivência” acima exemplifica espaços significativos para refletir sobre as potências da população negra como um todo. No entanto, mesmo com legislações como a Lei 10.639/03, que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem sobre a história e a cultura afro-brasileira, sabe-se que, em certas conjunturas, esses debates frequentemente ocorrem de forma superficial ou são restritos a datas específicas, como o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro.

A cobrança pelo cumprimento dessa Lei tem sido realizada sistematicamente pelo movimento negro, que, há décadas, promove debates e o letramento racial da população brasileira. Nesse contexto, a voz do movimento negro, especialmente das mulheres que dele fazem parte, vem ecoando na sociedade e desafiando estruturas de poder.

Conceição Evaristo (2017), em seu poema “Vozes-mulheres”, retrata como essas vozes se transformaram em ecos para serem ouvidas por todos, evidenciando momentos históricos que vão desde o silenciamento até o eco ressonante. No poema, ela afirma:

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. ecoou lamentos de uma infância perdida.
A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupas sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome.
A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem - o hoje - o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância. O eco da vida-liberdade (Evaristo, 2017, p. 10-11).

Em “Vozes-mulheres”, os ecos manifestam-se por meio da indignação de ser desconsiderada e silenciada. Esse processo ocorre através da oralidade e da transmissão de histórias dos antepassados para as gerações presentes. Lorde (2019) explica que, para todas nós, o fundamental é ensinar a partir da experiência vivida, comunicando as verdades em que acreditamos e conhecemos, indo além do que está previamente estabelecido. Somente dessa maneira é possível não apenas sobreviver, mas também participar de um processo contínuo de transformação e crescimento ao longo da vida.

Segundo Lorde, “Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo fluxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará” (LORDE, 2019, p. 53-54). A fala nunca está isenta de medo, seja ele o temor pela dor ou pelo julgamento. Contudo, é crucial lembrar que muitas de nós já enfrentamos inúmeras situações em silêncio:

[minha mãe e avó] são amigas, companheiras. Tudo que uma fala, a outra faz. Cuidam uma da outra. [...] Meu sonho é ser uma atriz de sucesso. [...] Eu preciso de alguém para me apoiar porque eu tendo meu sonho e compartilhando meu sonho com outra pessoa me dá força (Histórias de vivências de uma menina).

A história do povo negro, especialmente das teóricas negras, tem nos ensinado a buscar força em nossa coletividade. Cuidar umas das outras é não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um meio de desarticular os silêncios impostos. Promover a oralidade torna-se essencial para as lutas diárias e para a conquista de espaços destinados a essa população.

CONSIDERAÇÕES (IM)PERTINENTES

As experiências das meninas negras da Comunidade São Pedro refletem não apenas a complexidade das opressões interseccionais de raça, gênero e classe, mas também as resistências e estratégias criativas que desenvolvem no cotidiano. Suas histórias, examinadas e discutidas sob o conceito de “escrevivência”, demonstram como a oralidade, a escrita e o fortalecimento dos vínculos comunitários são fundamentais para a construção de novas narrativas e enfrentamentos.

Ainda que indiretamente, o impacto do programa Caminhando Juntos (Cajun) foi percebido como positivo, contribuindo para a valorização de suas vozes e o fortalecimento dos laços comunitários. Este programa atua como um espaço de acolhimento e empoderamento, permitindo que as meninas reconheçam e reivindiquem seu protagonismo em um contexto social marcado por desigualdades.

Os apontamentos deste estudo reforçam a importância de se criar espaços que promovam a escuta ativa, o reconhecimento e a amplificação das narrativas de mulheres e meninas negras. Tais ações são cruciais para enfrentar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades e para construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Ouvir as vozes, conhecer as vivências e estar ao lado das mulheres e meninas negras na luta pela equidade nos leva a reconhecer não apenas as múltiplas opressões que enfrentam, mas também a perceber a potência que emerge em meio ao caos: as grandes formas de resistência que elas produzem diariamente.

Em um contexto onde suas vozes são frequentemente silenciadas e suas histórias marginalizadas, torna-se essencial adotar um novo olhar através de suas “escrevivências”, amplificando suas narrativas. As opressões interseccionais revelam que suas experiências são complexas, entrelaçando raça, gênero e classe de maneira profunda e frequentemente devastadora.

Contudo, é crucial perceber que essas vivências não se limitam às opressões: há vida, histórias e tecnologias que transcendem as barreiras impostas.

Ao abordar essas interseções, é possível desafiar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades sistêmicas, fortalecendo nossos esforços para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. As mulheres e meninas negras não são apenas vítimas das desigualdades, injustiças e silenciamentos produzidos pela sociedade; elas são também agentes civilizatórias de mudança. Suas vozes são fundamentais para transformar a realidade. É por meio de resistências diárias, lutas persistentes e histórias transmitidas pela oralidade e pela escrita que essas mulheres forjam tecnologias de enfrentamento, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas, mesmo diante das tentativas cotidianas de silenciamento.

Somos uma sociedade única e paradoxal, marcada por desigualdades raciais e sociais, estruturada sobre bases racistas e machistas. As "escrevivências" dessas meninas e mulheres negras não apenas nos comovem, mas se entrelaçam com as nossas, convocando-nos, mulheres negras ou não, a participar de um novo pacto civilizatório. Esse pacto visa a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

A busca pela verdadeira igualdade exige que reconheçamos, celebremos e, acima de tudo, assumamos como nossas as lutas e contribuições únicas dessas mulheres e meninas negras. Somente assim garantiremos que todos tenham o direito de serem vistos, ouvidos e valorizados em toda a sua diversidade cultural e histórica.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?*. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2020.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. ED Zahar, Rio de Janeiro, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 30maio. 2024.

CRUZ, Rosângela Aparecida Cardoso da. *Gênero e educação nas escrevivências de Conceição Evaristo: um olhar sobre Ponciá Vicêncio e Becos da Memória*. In: Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FALCÃO, Muriel Rodrigues. *Educadoras negras falando de silêncios: veredas e Encruzilhadas*. 105f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. (Mestrado em Psicologia Institucional), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

GONZALÉZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos (Orgs)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *A margem como um espaço de abertura radical*. Anseios: Raça, gênero e políticas culturais. ed. Elefante. São Paulo: 2019c.
hooks, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, A. *Irmã outsider*. Tradução: Stephanie Borges. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MINAYO, Maria. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

SALES, Franciely Alves. *Vozes-meninas negras: escrevivendo sonhos (in)cessantes*. 116f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. (Mestrado em Psicologia Institucional), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 04 maio. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG,2010.

Recebido em: 14/07/2024

Aprovado em: 10/09/2024

Publicado em: 16/12/2024